



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

4929 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT12 - Currículo

Conversas ordinárias

Vinícius Lírio Hozana Ferreira - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Conversas ordinárias

A ideia do presente trabalho surgiu a partir de algumas dúvidas e questionamentos exposto pelos professores que participaram da banca de qualificação da minha dissertação de mestrado. Na dissertação que estou desenvolvendo proponho uma discussão acerca das múltiplas possibilidades de compreensão e valorização da produção de saberes no cotidiano escolar. Partindo das experiências com o meu cotidiano docente, afirmo que é possível estabelecer outras óticas de análise para as situações ordinárias que estão além dos currículos oficiais e da hierarquização dos saberes, que acabam suscitando as invisibilizações e os diversos epistemicídios que testemunhamos cotidianamente.

Os currículos são uma importante ferramenta para a manifestação da hierarquização de saberes, das invisibilizações e dos epistemicídios. A relação dos docentes com o currículo é multifacetada e não tenho como objetivo me aprofundar nessa discussão, porém ao longo de 12 anos de experiência no magistério percebo que muitos aspectos desse liame apresentam caráter contraditório e conflituoso, principalmente nas conexões entre o cotidiano da docência na cidade do Rio de Janeiro, a imposição do currículo externo e a grande variedade de demandas do cotidiano.

Ao pesquisar as ações cotidianas, os sujeitos envolvidos: Estado, professores, estudantes, responsáveis, podem, erroneamente, ser vistos de forma homogênea, e é importante ressaltar que não são. Esses sujeitos apresentam relações complexas entre seus pares e para com os outros, e é fundamental desconfiar dessas interações para não correr o risco de categorizar e igualar grupos. Não há intenção de denunciar essas contrariedades, afinal parte do objetivo do trabalho é valorizar a heterogeneidade presente nos ambientes escolares e, portanto, é fundamental que os diálogos sejam construídos sem a necessidade da concórdia. O dissenso é terreno fértil para o aprimoramento das ideias, assim como também não há intenção de definir "um" sentido para currículo.

Há uma imposição do currículo proposta pela maioria das instituições de ensino, a discussão e implantação da BNCC corrobora com isso, e aos currículos oficiais documentais cabe delimitar que tipos de saberes são adequados dentro das escolas e o que deve ser invisibilizado. Ao discutir esses aspectos é válido expor que apresento o que vem de "fora" como tudo aquilo que não está inserido no cotidiano da unidade escolar e, em contrapartida, o que vem de "dentro" corresponde a toda a interatividade e riqueza proposta pelas interações que ocorrem no ambiente escolar. Assim aplicar "à risca" as regras de "fora" na construção das práticas cotidianas é impossível. A própria adaptação para a aplicação é um ato de resistência, já que um pouco de nossa essência se imiscui nas atividades a partir dos diálogos estabelecidos com os nossos conteúdos internos e a forma como as interpretações oriundas desses debates interferem nas nossas tomadas de decisão tornam cada ato único e distinto daquilo que estava pré-estabelecido na regra. Por isso afirmo que estamos sempre subvertendo as lógicas impostas e esse processo não se dá apenas no sentido de combater epistemicídios e invisibilizações, afinal, como já citado acima, os sujeitos são heterogêneos e por isso é importante evidenciar que muitas vezes os próprios docentes são agentes dessas situações.

Desta maneira um professor disposto a falar sobre si e sobre seu trabalho precisa rever suas práticas, perceber os lugares que ocupa com relação aos epistemicídios e conhecimentos invisibilizados, demonstrando a importância do cotidiano na pesquisa. Em tempos de BNCC, padronização, militarização, judicialização e medicalização da vida escolar, discutir cotidiano e currículo é um grande ato de resistência. Durante muito tempo nas minhas ações cotidianas pensei o currículo como uma proposta oficial feita pela instituição de ensino de acordo com os objetivos da própria instituição.

No Recorte desse trabalho refiro-me principalmente a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, na qual leciono desde 2013, o seu documento denominado Currículo Mínimo^[1] e as minhas impressões sobre ele, voltarei a isso em breve. Retomo o início da minha carreira docente para explicitar minhas experiências com o currículo, pois, quando eu trabalhava em cursos pré-vestibulares e escolas particulares de ensino fundamental II e ensino médio, acreditava que o currículo correspondia ao conjunto de assuntos que eram mais recorrentes nas provas de acordo com cada banca e sendo assim os assuntos que não correspondiam a essa classificação estavam, hierarquicamente falando, em menor cota, seriam considerados menos importantes. Suponhamos que um conhecimento progresso de um estudante esteja associado a um desses assuntos "hierarquicamente menos importantes". Esse saber estará invisibilizado naquele currículo, uma forma de abordar o conhecimento será desconsiderada, "morta", daí a ideia de epistemicídio, ou seja, o homicídio da episteme, a impossibilidade de abordagens que não estejam estritamente de acordo com a epistemologia vigente no mundo ocidental. Essa falsa impressão "produz conhecimentos diferentes como qualitativamente diferentes e, portanto, hierarquizáveis e, conseqüentemente vitimados pela inexistência" (PARASKEVA; SUSSEKIND, 2018, p.56).

Veja bem, analisar o currículo de forma crítica esclarece que o currículo tem um significado muito mais amplo do que um simples documento é capaz de abarcar. Assim discutir currículo como documento oficial ou criação cotidiana não cabe como base do debate. É algo além de simples definições. As demandas cotidianas são incomensuráveis e os processos de negociação estão sempre acontecendo entre os sujeitos *praticantespensantes* (ALVES, 2001) do currículo. Essas negociações não encerram o significado do currículo, elas demonstram a "fluidez" de poder "dentro" dos espaços escolares. Para que essa discussão atinja o objetivo de fomentar debates é preciso que sua escala local seja ressaltada e acreditado que o cotidiano docente exacerbe essa escala.

Comumente profissionais da educação transitam em vários espaços escolares, no meu caso após ingressar na SEEDUC/RJ isso se intensificou bastante, e podem num mesmo dia trabalhar o mesmo conteúdo em diversas turmas do mesmo período letivo, seja em uma única escola ou em várias. Passar o dia abordando a mesma temática e perceber como o desenrolar durante a prática aponta para tantos desfechos variados, resultantes dos diálogos que estudantes e professor estabelecem entre si demonstra que a noção de controle e poder tão popularmente associada a qualidade e rigidez no processo de ensino-aprendizagem é frágil. Por isso falo sobre a perda de poder por parte das secretarias de educação, diretorias e etc.

Pensar na aplicabilidade de uma noção de currículo tornou-se uma prática a partir das demandas distintas que os estudantes apresentavam em relação aos diversos temas abordados, mostrando muitas contradições presentes nas escolas, e que o entendimento de currículo vai muito além de uma lista de assuntos fundamentais que não dão conta da complexidade das relações naquele espaço.

Nos espaços escolares professores e estudantes são os principais sujeitos na produção de saberes e falam pouco, quase não são ouvidos. Aponto, sem medo, que o silêncio das práticas se dá por seu desenvolvimento comumente diferente do que está previamente estabelecido nos currículos já que não há consumo passivo e a utilização das normas impostas estabelece criatividade e pluralidade com efeitos imprevisíveis que permitem driblar a máquina celibatária que decreta a homogeneização das ações e o controle dos resultados (CERTEAU 1994, p.92 a p.94). Conhecer a abordagem certauniana sobre o cotidiano fez com que eu valorizasse cada passo, reconhecendo a necessidade de fluidez dos planos de aula e definindo a minha escolha de atribuir importância aos cacos cotidianos que compõem minha história.

Essa escolha político-epistemológica se dá baseada na impressão de que ao analisar os acontecimentos das aulas pautado simplesmente no que está determinado nos currículos, nada dá certo. E o primeiro passo ao constatar que nada dá certo é buscar os culpados e comumente a culpa recai sobre os estudantes e professores. Muitas das vezes com trocas de acusação diretas entre professores e estudantes, que se acusam e conseqüentemente se enfraquecem, sem reconhecer a força, ou sem valorizar, a força resultante do potencial dos nossos encontros. Essa escolha exige que eu responda as demandas que surgem sem me balizar apenas na ideia de controle, mas atuando como mediador do conhecimento e propondo diálogos entre o conhecimento pregresso dos estudantes e os temas debatidos em sala. Assim reconheci um conjunto de conhecimentos que são vulneráveis e perambulantes, não estão encerrados em documentos, e que são para Certeau, as artes de fazer. Utilizar as regras estabelecidas criando espaços para aplicar operações baseados na pluralidade e criatividade gera efeitos surpreendentes e torna professores e estudantes alheios a certas práticas de controle, o que muitas vezes resulta em repressão, suspeita, silêncio e penalização.

Não cabe apresentar desfechos se é um trabalho em andamento e se o intento é fomentar o debate. Encerro a temática de olho nos caracteres e não pelo esgotamento do diálogo, que continuará para além desse pôster, além da dissertação terminada, além das possíveis necessidades dos estudantes, na fluidez dos meandros cotidianos.

Referências Bibliográficas

ALVES, N. Decifrando o pergaminho – o cotidiano na escola nas lógicas das redes cotidiana. In OLIVEIRA, I. B. ALVES, N. Pesquisa no/do cotidiano das escolas, sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

PARASKEVA, J; SUSSEKIND, M. L. Contra a cegueira epistemológica nos rumos da teoria curricular itinerante. In Revista Educação e Cultura Contemporânea, v.15, n.39. 2018.

[1]O Currículo Mínimo, de acordo com informações da página eletrônica da SEEDUC/RJ, é um documento que, desde 2012, <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=5686742>, serve como referência a todas as escolas estaduais do Rio de Janeiro, apresentando as competências e habilidades básicas que devem estar contidas nos planos de curso e nas aulas. Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Na prática, até 2016, consistia em controlar presenças, cumprir metas conteudinais por bimestre e checar o desempenho dos estudantes em testagens padronizadas externas periódicas. Com o cancelamento da testagem externa, desde 2017, o currículo mínimo baliza os conteúdos bimestrais trabalhados.